

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Apesar da conjuntura econômica desfavorável, apontando crescimento nulo do PIB brasileiro em 2014, o IPT aumentou sua receita própria de 90 milhões de reais para 97,6 milhões de reais. A este valor ainda devem ser somados outros 15 milhões de reais, referentes à subvenção econômica originada em projetos de pesquisa financiados por agências de fomento. Na soma destas duas fontes, a receita própria do IPT cresceu 12% em 2014. Este fato demonstra que as equipes técnicas do IPT vêm oferecendo produtos que interessam tanto ao setor privado, que comprou 52% dos serviços, quanto a governos e empresas estatais. O resultado líquido do exercício, com prejuízo de oito milhões de reais, foi afetado pelo crescimento do total de depreciações que chegou a 15 milhões de reais. A geração de caixa, ao longo do ano, permitiu pagar quase cinco milhões de parcelamentos fiscais aos níveis federal e municipal. Ainda assim, o contingenciamento do custeio da dotação resultou numa perda de Caixa de um milhão de reais, ao longo do ano. A colocação em operação de grande parte do investimento feito nos anos 2008-2013, que repercutiu no grande aumento da depreciação, pode ser feita graças à contratação de parte significativa dos aprovados

no concurso de ingresso realizado em 2012. Implicou, entretanto, aumento dos custos de produção. Hoje, mais da metade das receitas do IPT proveem do atendimento a cerca de 3.900 empresas, predominando a prestação de serviços de ensaios, análises e calibrações. Por outro lado, dos cinco maiores projetos terminados em 2014, quatro envolveram inovação. São eles: a instalação do Laboratório de Estruturas Leves, em S. José dos Campos; o desenvolvimento da rota metalúrgica de purificação de silício; assim como o do sistema de acompanhamento e controle dos pedágios paulistas; e a elaboração de cartas de suscetibilidade a movimentos de massa, enchentes e inundações. Entre os maiores projetos iniciados em 2014, incluem-se o desenvolvimento da tecnologia de produção de uma terra-rara metálica; o domínio da manufatura robotizada de compósitos de fibra de carbono; recomendações para a solução de um túnel severamente avariado; e um programa de apoio às micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo.

A partir do diagnóstico de que a competitividade da economia brasileira depende cada vez mais da disseminação da cultura da inovação, em

produtos e serviços, foi lançada a "Visão de Futuro 2018", referendada pelos Conselhos de Administração, Fiscal e de Orientação. Está colocado o desafio de aumentar a fração da receita associada a processos inovadores até 40%, naquele horizonte. Em 2010, a receita com Inovação era de apenas 10%. Em 2014 atingiu 23%, ante 21% no ano anterior. Esta fração corresponde à receita com projetos de P&D contratados por empresas, além dos projetos de P&D em Tecnologia da Informação, contratados pela Defensoria Pública e pela Artesp. Instalou-se um processo de planejamento estratégico associado à construção dessa visão de futuro, que mobilizou mais de mil profissionais entre os colaboradores do IPT. Ainda deverão ser agregadas ao total do faturamento com inovação as receitas com ensaios, análises e calibrações introduzidos nos últimos três anos, juntamente com a fração de recursos advindos de inovações em projetos de assessoria e consultoria. Um desafio importante é o de propor mais inovações nos projetos com os muitos atores do Governo do Estado de São Paulo.

A Diretoria
Março de 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.134	12.173		
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	42.718	44.205		
Contas a receber	5	8.910	9.514		
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.047	1.372		
Impostos antecipados e a recuperar	6	8.907	6.450		
Estoques		357	285		
Serviços em andamento		462	1.051		
Despesas pagas antecipadamente		19	25		
Depósitos compulsórios		351	351		
Outros valores a receber		17	113		
Total do Ativo Circulante		73.922	75.539		
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		185	448		
Imobilizado	7	211.689	208.624		
Intangível	8	1.089	1.198		
Total do Ativo não Circulante		212.963	210.270		
TOTAL DO ATIVO		286.885	285.809		
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores			5.818	5.469	
Salários a pagar e encargos a recolher			5.710	5.152	
Impostos e contribuições a recolher	9		2.740	2.696	
Adiantamento de clientes	11		7.537	6.960	
Obrigações a pagar - férias e encargos			10.745	10.167	
Parcelamentos fiscais	9		4.738	5.981	
Subvenções governamentais - Agências de fomento			41.357	49.052	
Outras obrigações			192	160	
Total do Passivo Circulante			78.837	85.637	
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamentos fiscais	13		15.668	19.865	
Outras exigibilidades			25.542	14.052	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14		10.600	10.417	
Total do Passivo não Circulante			51.810	44.334	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social			271.559	261.658	
Reservas de capital			9.382	9.382	
Reservas de lucros			264	264	
Recurso para aumento de capital			8.604	9.901	
Prejuízos acumulados			(133.571)	(125.367)	
Total do Patrimônio Líquido			156.238	155.838	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			286.885	285.809	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em Milhares de Reais)

	2014	2013
Receita de serviços e produtos	97.605	90.047
Subvenção econômica	71.232	63.128
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	168.837	153.175
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(13.420)	(12.403)
Devoluções e abatimentos	(66)	(763)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	155.351	140.009
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(121.746)	(107.676)
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	33.605	32.333
Gerais e administrativas	(30.883)	(28.832)
Honorários conselho de administração e fiscal	(1.092)	(1.124)
Serviços de terceiros	(8.033)	(7.553)
Depreciações e amortizações	(1.752)	(1.835)
Provisões diversas	(2.224)	(3.699)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	1.888	387
	(42.096)	(42.656)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(8.491)	(10.323)
Receitas financeiras	2.751	2.450
Despesas financeiras	(2.464)	(2.225)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.204)	(10.098)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.204)	(10.098)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em Milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	213.951	9.382	-	264	23.214	140.841
Aumento de capital	23.214	-	-	-	(23.214)	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	24.493	24.493
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.299)	(9.299)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	237.165	9.382	-	264	24.493	156.035
Aumento de capital	24.493	-	-	-	(24.493)	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	9.901	9.901
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.098)	(10.098)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	261.658	9.382	-	264	9.901	155.838
Aumento de capital	9.901	-	-	-	(9.901)	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	-	8.604	8.604
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.204)	(8.204)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	271.559	9.382	-	264	8.604	156.238

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em Milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.204)	(10.098)
Ajustes para Reconciliar o Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e amortizações	14.975	13.402
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.070
Constituição de provisão para perdas com imobilizado	-	(1.069)
Valor residual do imobilizado baixado	282	92
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras vinculadas	1.487	(11.461)
Contas a receber	604	(923)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	325	(42)
Impostos antecipados e a recuperar	(2.457)	(1.819)
Estoques	(72)	30
Serviços em andamento	589	(707)
Despesas pagas antecipadamente	6	11
Depósitos compulsórios	-	(324)
Outros valores a receber	96	282
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	349	(282)
Salários a pagar e encargos a recolher	558	667
Impostos e contribuições a recolher	44	215
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	-	-
Adiantamento de clientes	577	(3.195)
Obrigações a pagar - férias e encargos	578	1.269
Parcelamentos fiscais	(1.243)	405
Subvenções governamentais - agências de fomento	(7.695)	14.442
Outras obrigações	32	(23)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	831	1.942
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Redução do realizável a longo prazo	263	(107)
Aquisição de bens do imobilizado	(10.773)	(10.719)
Doações recebidas em bens	(7.155)	(11.550)
Adição de intangível	(285)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.950)	(22.536)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Parcelamentos	(4.197)	(4.157)
Outras exigibilidades	11.490	8.491
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	183	1.410
Dotação para aumento de capital	8.604	9.901
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	16.080	15.645
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.039)	(4.949)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	12.173	17.122
No final do exercício	11.134	12.173
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.039)	(4.949)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento. O IPT é um instituto vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos vem colaborando para o processo de desenvolvimento do País.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados, atuando nas seguintes áreas - inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metroológico, informação e educação em tecnologia.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis

não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações financeiras - créditos vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.5. Instrumentos financeiros (CPC 14)

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento". **Recebíveis** - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. Durante os exercícios de 2013 e 2014, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outros).

2.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem a transações realizadas com clientes nacionais e no exterior, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.7. Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram

registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$)

perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota nº 7, não considerando o valor residual.

2.9. Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

No exercício de 2013 o IPT fez a reversão da Provisão para Perdas por Impairment em ativos não financeiros.

Os Bens adquiridos ou recebidos em doação através de agências de fomento, visam atender aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Estes bens são adquiridos para atender as demandas específicas dos diversos laboratórios do IPT, ou seja, não são bens encontrados no mercado equivalentes a bens de "prateleira".

Estes bens, após o fim de sua utilização nestes projetos, não são comercializados no mercado devido a sua especificidade e principalmente por determinação do Decreto Estadual nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, onde o IPT é obrigado a destinar os bens fora de uso, a título de doação ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

Em Setembro/2014, o IPT efetuou a quitação antecipada de parcelamentos junto à Secretaria da Receita Federal e junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme estabelecido no Artigo 33 da MP nº 651, de 9 de Julho de 2014 (Convertida em Lei nº 13.043/14) e na forma da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22/Agosto/2014, conforme apresentado à seguir:

	Setembro/2014
Saldo Devedor da dívida em Setembro/14	2.076
Liquidação com saldo de Prejuízo Fiscal (70%)	(1.453)
Pagamento em espécie de saldo remanescente (30%)	623

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

2.15. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.16. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa	107	92
Bancos conta movimento	33	87
Aplicações financeiras	10.994	11.994
	11.134	12.173
	2014	2013
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	1.543	1.229
Fundos de investimento em renda fixa	9.451	10.765
	10.994	11.994

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento aproximado de 8% ao ano.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são de: R\$1.987 em 2014 (R\$1.485 em 2013).

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	2014	2013
Contas-correntes vinculadas	2	15
Aplicações financeiras vinculadas	42.716	44.190
	42.718	44.205

Referem-se a contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por Agências de Fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço. Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

	2014	2013
Contas a receber	9.294	9.693
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(384)	(179)
	8.910	9.514

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2014	2013
A vencer	4.959	5.521
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.577	2.588
De 31 a 60 dias	911	258
De 61 a 90 dias	764	500
De 91 a 180 dias	541	417
Há mais de 180 dias	541	409
	4.335	4.172
	9.294	9.693

Apesar do montante de vencidos há mais de 90 dias somarem R\$ 1.082, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 384 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2014	2013
COFINS a Compensar	456	1.054
PASEP a Compensar	113	235
Contribuição Social a Compensar	1.793	1.375
Imposto de Renda a Compensar	3.751	1.630
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.024	670
IRRF a Compensar	1.734	1.451
IPI a Compensar	-	1
ISS a Recuperar	36	34
	8.907	6.450

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Acréscimos/ Transfêrências	Compensações	Saldo em 31/12/2014
COFINS a Compensar	1.054	1.715	(2.313)	456
PASEP a Compensar	235	372	(494)	113
Contribuição Social a Compensar	1.375	589	(171)	1.793
Imposto de Renda a Compensar	1.630	2.121	-	3.751
IRRF sobre Aplicações Financeiras	670	354	-	1.024
IRRF a Compensar	1.451	283	-	1.734
IPI a Compensar	1	(1)	-	-
ISS a Recuperar	34	2	-	36
	6.450	5.435	(2.978)	8.907

7. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	2014	2013
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283	37.283
Edifícios e Benfeitorias	4%	92.776	(30.577)	62.199	64.735	64.735
Máquinas e Equipamentos	10%	123.743	(57.557)	66.186	62.827	62.827
Instalações	10%	16.352	(8.159)	8.193	7.258	7.258
Equipamentos de T.I.	20%	8.501	(6.275)	2.226	2.588	2.588
Instrumentos Diversos	10%	544	(488)	56	19	19
Veículos	20%	3.017	(1.729)	1.288	1.326	1.326
Móveis e Utensílios	10%	6.920	(2.126)	4.794	5.255	5.255
Outras imobilizações		19.782	(1.431)	18.351	10.052	10.052
Imobilizado em Andamento		11.113	-	11.113	17.281	17.281
Total do Imobilizado		320.031	(108.342)	211.689	208.624	208.624

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2013	Adições	Transfêrências Baixas	31/12/2014
Terrenos	37.283	-	-	37.283
Edifícios	92.754	-	(27)	92.726
Máquinas e Equipamentos	124.474	1.282	(12.557)	113.200
Instalações	14.800	6	(335)	14.471
Equipamentos de T.I.	11.144	92	(3.298)	8.938
Instrumentos diversos	728	1	(229)	499
Veículos	2.770	59	(155)	2.674
Móveis e utensílios	7.126	56	(372)	6.810
Outras imobilizações	10.887	-	-	10.887
Imobilizações em andamento	17.281	16.431	(22.599)	11.113
Transferências para Intangível	-	-	-	170
Total	319.247	17.927	(16.973)	320.031

O valor de Imobilizações em Andamento do exercício de 2014 refere-se a máquinas e equipamentos em processo de importação e fazem parte do programa de revitalização do IPT, que em 2014 contou com um aporte financeiro de R\$ 8.604 por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

8. INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização	Líquido	2014	2013
Marcas e Patentes	10%	509	(343)	166	120	120
Licença de uso de softwares	20%	1.910	(987)	923	1.078	1.078
Total do Intangível		2.419	(1.330)	1.089	1.198	1.198

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2014	2013
ISS	436	483
PASEP e COFINS	385	478
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.698	1.534
COFINS - Retenção	114	111
PASEP - Retenção	24	24
Outros	83	66
Total de Impostos e Contribuições a recolher	2.740	2.696
Parcelamentos Fiscais - Federal	-	1.695
Parcelamentos Fiscais - Municipal	4.738	4.286
Total de Parcelamentos	4.738	5.981
	7.478	8.677

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2014	2013
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(8.204)	(10.098)

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente ineducáveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício. Em 31 de dezembro de 2014, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R\$ 87.131 e base negativa de R\$ 66.364, respectivamente R\$ 77.495 e R\$ 55.370 em 2013. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente ineducáveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2014	2013
Petrobrás	5.495	5.590
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	1.185	-
Plantarium Com. Prod. Alim. Cosm. Farm. Manif.	2	4
Outros	855	1.366
	7.537	6.960

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2014	2013
BNDES	11.588	23.555
FEHIDRO	392	369
FINEP	6.857	7.661
CNPQ	126	126
EMBRAPII	16.009	11.414
Outros	6.385	5.927
	41.357	49.052

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	NSS Refis (a-b)	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2013	1.403	15.317	3.145	19.865
Saldo em 31/12/2014	-	13.385	2.283	15.668

(a) Em Junho de 2011, o IPT consolidou os débitos existentes no Programa de Parcelamento da Receita Federal, estabelecido através da Lei nº 11.941/2009 (Refis da Crise).

(b) Em Setembro/2014, o IPT efetuou a quitação antecipada de parcelamentos junto à Secretaria da Receita Federal e junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme estabelecido no Artigo 33 da MP nº 651, de 9 de Julho de 2014 (Convertida em Lei nº 13.043/14) e na forma da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22/Agosto/2014.

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2014	2013
Tributários	4.124	4.124
Trabalhistas (a)	5.570	5.375
Cíveis (a)	906	918
	10.600	10.417

(a) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 27.155.886.431 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2015, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 64.008, sendo R\$ 61.008 para Custeio e R\$ 3.000 para Investimentos, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 15.646 de 23 de Dezembro de 2014.

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 12 de Agosto de 2015, de valor considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

18. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O IPT observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC'S - Comitês de Pronunciamentos Contábeis.

CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

O IPT entende que não se enquadra na exigência do teste de impairment dada as suas características de aquisição e também da destinação dos bens após o fim de sua utilização.

A análise quanto as razões de dispensa da necessidade de testar a recuperabilidade dos bens e a sua destinação estão mencionadas na nota 2.10 e também, estão amparadas pelo Parecer emitido pelos Auditores Externos Independentes.

CPC 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Desde a vigência da Lei 11.638/07 o IPT tem adotado essa demonstração.

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

O prazo médio das rubricas contas a receber e fornecedores é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos, não possuem juros embutidos, desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2015

MACIEL AUDITORES S/S EPP

2 CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

1CRC/RS 71.505/O-3 - "S" - SP

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

1CRC/RS 65.932/O-7 - "S" - SP

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do **Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**, representado pelos seus membros, subscritos abaixo, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, compreendendo: o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, complementadas pelas notas

explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais e ainda, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes Maciel Auditores S/S, datado de 11 de Fevereiro de 2015. Os Conselheiros Fiscais são de opinião que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à deliberação e aprovação da

Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2015

Carlos Eduardo Esposel
Conselheiro
Firmino Luiz Pereira da Mota
Conselheiro

Luiz Carlos Kal lamondi Machado
Conselheiro
Hilton Facchini
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MÁRCIO LUIZ FRANÇA GOMES

Presidente

Membros

DAN IOSCHPE

MARCOS CINTRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE

JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO

SÉRGIO TIEZZI JUNIOR

OSWALDO SANCHEZ JUNIOR

JOÃO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO

WALTER TORRE JUNIOR

DIRETORIA

FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF

Diretor Presidente

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA

Diretor Financeiro e Administrativo

CARLOS DAHER PADOVEZI

Diretor de Operações e Negócios

ZEHBOUR PANOSSIAN

Diretora de Inovação e Diretora Interina de Pessoas e Sistemas

JOÃO OSWALDO NATALE

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CT-CRC 1SP177996/O-4

FRANCISCO SOUTO OUTEDA

Contador
CRC 1SP154222/O-1



INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

